

Diálogo inclusivo é fundamental para acabar com o conflito em Cabo Delgado

● Normalização da situação em Cabo Delgado não deve implicar voltar ao “normal” anterior a Outubro de 2017, pois foi esse “normal” que criou as condições do extremismo violento. O foco não pode ser voltar para o normal, mas sim a necessidade de introduzir mudanças, de olhar para o futuro. “É necessário fazer melhorias na governação central, provincial e até distrital, olhando para as condições socioeconómicas que têm sido desfavoráveis para as comunidades de Cabo Delgado.



O relatório anual do CDD sobre “Resolução de Conflitos em Cabo Delgado e Diálogo de Resolução em 2022 e Anos Subsequentes” considera que a situação que se vive naquela província do norte de Moçambique é complicada, mas não é complexa. O principal argumento da não complexidade reside no facto de que a situação do extremismo violento pode ser solucionada através de abordagens centradas no diálogo para a resolução de conflitos, com foco na conciliação de interesses de vários actores.

Lançado na quinta-feira, 05 de Maio, na Cidade de Maputo, o relatório defende que o diálogo para a resolução de conflitos deve ser a prioridade deste ano (2022), antes que o extremismo violento se propague por toda a região norte e se torne num problema cada vez mais generalizado. Na verdade, experiências globais e continentais mostram que as operações militares, por si só, não resolvem um conflito de natureza extremista violento, particularmente quando é impulsionado por privações socioeconómicas, marginalização étnica e frustrações intrarreligiosas, e influenciado pelo comércio ilícito e crime organizado - como é o caso de Cabo Delgado.

A confiança exclusiva em abordagens militares tem mais probabilidade de exacerbar o conflito do que resolvê-lo, a longo prazo. Não se trata de subestimar a importância das operações militares: elas podem desempenhar um papel importante no estabelecimento das condições para a resolução de conflitos, especialmente se forem cuidadosamente projectadas e executadas de acordo com uma estratégia coerente que inclua diálogo de resolução, apoio humanitário, desenvolvimento, e prevenção e combate a iniciativas de extremistas violentos.

As operações militares em Cabo Delgado já atingiram o nível máximo de vantagem militar sobre o inimigo, o chamado “ponto culminante”. É o momento em que as negociações podem ser mais eficazes e outras respostas não militares precisam de ser activadas rapidamente. “As forças da SADC e do Ruanda fizeram o máximo do seu esforço e alcançaram os seus objectivos de restabelecimento de segurança, pelo que é chegado o momento de activar outras iniciativas para tratar das causas e origens do extremismo violento”.

E a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) faz parte das iniciativas existentes para “atacar” as raízes do extremismo violento em Cabo Delgado. A ADIN foi criada em Março de 2020 para complementar a estratégia militar, através de acções de desenvolvimento socioeconómico. Além do engajamento da agência estatal, existe em Cabo Delgado um sector privado internacional interessado em apoiar iniciativas de diálogo para a resolução do conflito. O sector privado internacional precisa de retomar os seus projectos e de obter a licença social das comuni-



Siphiwe Nyanda, Alto-Comissário da África do Sul em Moçambique



Siphosami Malunga, Director executivo da OSISA

dades locais para poder explorar os recursos naturais num ambiente de estabilidade.

O relatório apresentado por Richard Rands, Conselheiro do CDD, recomenda que o diálogo de resolução de conflitos deve ser feito

em formatos que abarcam vários sectores e a vários níveis, desde o central, passando pelo provincial, até ao distrital. Uma abordagem do diálogo de resolução baseada nos interesses subjacentes das partes interessadas per-

mite que seus sentimentos, preocupações e necessidades sejam a base do diálogo. “Os interesses das partes podem incluir questões de poder, recursos, direitos ou ganhos financeiros, mas também questões menos tangíveis como respeito, estima e sentimentos”.

O Conselheiro do CDD defende que a “normalização” da situação em Cabo Delgado não deve implicar voltar ao “normal” anterior a Outubro de 2017, pois foi esse “normal” que criou as condições de possibilidade do extremismo violento. Então, o foco não pode ser voltar para o normal, mas sim introduzir mudanças, olhar para o futuro. “É necessário fazer melhorias na governação central, provincial e até distrital, olhando para as condições socioeconómicas que têm sido desfavoráveis para as comunidades de Cabo Delgado. É preciso desenvolver acções internas para evitar que jovens vulneráveis adiram ao extremismo violento. E, finalmente, discutir o que é necessário fazer ao nível das Forças de Defesa e Segurança para evitar cometer os mesmos erros”.

Na cerimónia de lançamento do relatório estiveram presentes personalidades com destaque o Alto-Comissário da África do Sul em Moçambique, Sipiwe Nyanda; o Director executivo da Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA), Siphosami Malunga; o Director da Good Governance Africa (GGA), Chris Maroleng; e do representante da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), Prof João Machatine.

Intervindo nas notas de abertura, o Alto-Comissário da África do Sul defendeu que a intervenção militar do Ruanda e da SADC foi necessária porque Moçambique não tinha capacidade para sozinho lidar sozinho contra os extremistas violentos. Sipiwe Nyanda destacou o facto de as forças estrangeiras em Cabo Delgado terem sido determinantes na destruição das capacidades dos extremistas violentos. Ainda assim, chama a atenção para a necessidade de preparação e capacitação das forças moçambicanas para assumirem o controlo das áreas conquistadas.

O diplomata sul-africano lembrou que antes da chegada das tropas do Ruanda e da SADC dizia-se que os insurgentes não tinham rosto. “Com a intervenção das tropas ruandeses e da SADC foi possível revelar os rostos dos líderes dos grupos extremistas violentos. Está claro que o terrorismo em Cabo Delgado tem rostos, tem líderes”, disse Sipiwe Nyanda, Alto-comissário da África do Sul em Moçambique. Apesar de reconhecer os avanços das forças estrangeiras, o diplomata alertou que o conflito em Cabo Delgado não será resolvido exclusivamente com intervenções militares. É preciso sentar e dialogar com as pessoas, defendeu.

“Quando o conflito em Cabo Delgado atingiu uma escalada de violência extrema, nós como sociedade civil ficamos muito revolta-



Prof João Machatine, ADIN



Marta Licuco, Defensora de Direitos Humanos em Cabo Delgado



Chris Maroleng, Director executivo da GGA

dos porque não estávamos a compreender a razão da SADC não estar a ajudar Moçambique no combate contra a insurgência. Ficamos felizes quando o Governo de Moçambique solicitou apoio militar e os países da SADC responderam com destacamento de tropas para intervir em Moçambique Cabo Delgado. É positivo quando países africanos ajudam-se uns aos outros na resolução dos seus problemas. Vejam como a Europa está a ajudar a Ucrânia. A Europa não precisou de esperar meses para ajudar a Ucrânia”, disse Siphosami Malunga, Director executivo da OSISA.

Siphosami Malunga defendeu que a solidariedade entre os países africanos é importante e deve continuar, e destacou a importância de iniciativas como do CDD que buscam a melhor compreensão do conflito. “Não existe uma verdade, existem muitas verdades. Se perguntar a alguém de Cabo Delgado sobre o conflito vai dar uma resposta; e se colocar a mesma pergunta a alguém de Maputo vai dar uma resposta diferente. Iniciativas como esta do CDD são importantes porque nos ajudam a compreender a multiplicidade de abordagens sobre o conflito em Cabo Delgado”.

Tal como outros intervenientes no evento, o Director executivo da OSISA defendeu a necessidade de definição de uma estratégia de segurança e manutenção da paz. “Isso não se alcança através de uma solução meramente militar. É preciso adoptar outras abordagens, incluindo um diálogo aberto. Gostei de ouvir do Professor Machatine que o Governo, através da ADIN, está a fazer investimentos em Cabo Delgado. Devemos resolver o conflito em Cabo Delgado para permitir que Moçam-

bique e a região da SADC em geral possam beneficiar do gás natural da Bacia do Rovuma”.

Por sua vez, Chris Maroleng começou por explicar que a GGA é uma think tank com foco na compreensão dos desafios e benefícios da boa governação nos países africanos. “Na nossa visão, o défice de boa governação em Moçambique é um dos factores que contribuiu para o surgimento do extremismo violento em Cabo Delgado. Há uma necessidade de incluirmos o diálogo na resolução do conflito em Cabo Delgado. A solidariedade e o engajamento regional pode ser fundamental na resolução do conflito, não só através do apoio militar, mas também do diálogo. Nós acreditamos também que a boa governação é solução para muitos problemas que assistimos nos países africanos, incluindo em Moçambique”, defendeu o Director executivo da GGA, Chris Maroleng.

Em representação da ADIN, interveio o Prof João Machatine, que começou por explicar que a agência tem apenas dois anos e foi estabelecido com o propósito de promover, coordenar e facilitar os processos de desenvolvimento multifacetado da região norte. “Quando a ADIN foi criada suscitou muitas expectativas de que iria resolver os problemas do conflito em Cabo Delgado. A ADIN foi criada depois de se constatar que o conflito em Cabo Delgado tinha uma natureza complexa. Tinha uma dimensão não só de segurança, mas também económica, política, social e psicológica, pelo que não caberia apenas às instituições militares e de lei e ordem resolver isso. Era necessária uma entidade atípica para aquela situação atípica. É nesse contexto que

a agência é criada”.

Assim que foi estabelecida, a ADIN fez o mapeamento da situação na região para determinar as zonas que deviam ser alvo de intervenções, uma vez que estava claro que a insurgência em Cabo Delgado tinha linhas de abastecimento. “Era preciso saber quais eram essas linhas, qual era o seu potencial e o que é que devia ser feito. Não em termos militares, mas fazendo das acções de desenvolvimento como ferramentas para a construção da harmonia e coesão social; criar facilidades para que os agentes económicos pudessem desenvolver as suas actividades nessas zonas, atacando aqueles problemas que a sociedade civil e outros actores já tinham identificado; identificar formas rápidas de habilitar os jovens para o emprego e autoemprego, desencorajando a sua adesão à insurgência”.

Falando a partir de Pemba, a activista social e defensora de direitos humanos, Marta Licuco, começou a sua intervenção defendendo a necessidade de maior assistência humanitária para as centenas de milhares de deslocados, sobretudo mulheres e crianças. Além da distribuição de alimentos e abrigos, é preciso prestar assistência psicossocial às pessoas que foram submetidas e/ou expostas às formas mais cruéis de violência. Marta Licuco criticou duramente o plano de reconstrução de Cabo Delgado por privilegiar alguns distritos em prejuízo de outros. “Numa província com 17 distritos, o plano de reconstrução está a direccionar 80% dos fundos para apenas dois distritos: Mocímboa da Praia e Palma. Isso é que cria desigualdades, pois todos os distritos estão a precisar de assistência”.

“A referência dos jovens locais é um individuo que deixa a escola e vai atrás do garimpo ilegal”, João Feijó, pesquisador da OMR

“Temos que fazer outra coisa para além da questão militar. A intervenção militar é importante para garantir a segurança das pessoas e a integridade do nosso território. Mas se não formos às causas dos problemas, estamos a sacrificar os jovens que estão a defender o país. Ao contrário do que sempre se diz, há muita riqueza em Cabo Delgado. Havia uma economia ilícita assente na exploração ilegal de madeira, rubis, de marfim e no tráfico de droga. Era visível, ainda que de forma discreta, uma lavagem de dinheiro. Havia milhares de jovens que viviam do garimpo e que melhoraram as suas vidas através desta prática ilegal. O Estado perdia porque ninguém pagava impostos, mas aqueles jovens ganhavam com isso. A partir de 2016 o Estado assume uma atitude de controlo dos recursos naturais, através da formalização da



João Feijó, Pesquisador da OMR

sua exploração. Num espaço de poucos meses assistimos à “Operação Tronco” – contra a exploração ilegal de madeira; operação de queima de marfim ilegal; expulsão de garimpeiros ilegais das minas de Namanhumbir de uma forma violenta. Essa operação tinha que ser feita, mas temos que compreender o impacto que teve na juventude local que tinha criado enormes expectativas à volta da exploração ilegal dos recursos. É preciso con-

versar com crianças e jovens de Cabo Delgado para perceber quem são os seus modelos: a referência dos jovens locais não é um indivíduo que estuda, mas sim um indivíduo que deixa a escola e vai atrás do garimpo, apanha uma pedra e, de repente, fica rico. Outro ponto é que temos uma população muito jovem em Cabo Delgado: a taxa média de fecundidade está acima de cinco filhos por mulher. É verdade que a taxa está a diminuir, mas ela

ainda representa uma grande pressão sobre os serviços e recursos públicos que ainda não temos. As desigualdades sociais aumentaram tremendamente, a pobreza passa a coexistir com uma emergente sociedade de consumo. Isto é explosivo, pois deixa os jovens vulneráveis a aderir aos grupos extremistas violentos, desde que tenham dinheiro. Sobretudo num cenário em que não há espaços de participação”.

“Se queremos resolver a situação de Cabo Delgado temos que atacar o problema e não as manifestações do problema”, Borges Nhamirre, pesquisador do CIP

“Os ataques em si não são o problema, mas sim a manifestação do problema, são sintomas do problema. Então, se queremos resolver a situação de Cabo Delgado temos que atacar o problema e não as manifestações do problema. Mas é preciso dizer que a pobreza em si talvez não seja o problema. Não se tem dito isto: Cabo Delgado não é a província mais pobre de Moçambique. Os indicadores sociais são claros: a província mais pobre é Niassa. O conflito nasceu em Cabo Delgado, concretamente na costa norte. Sinto que a apresentação do relatório não aprofunda as causas do conflito. Por exemplo, era importante falarmos da questão da radicalização em Cabo Delgado. Sei que é um assunto sensível porque mexe com as nossas crenças. Mas a radicalização é um facto e é preciso incluir nas nossas abordagens. Há estudos que mostram que a radicalização começou 10 anos antes do primeiro ataque em Cabo Delgado. Os líderes religiosos, a sociedade civil e academia sempre alertaram para os riscos de radicalização, mas o Governo não levou a sério esta questão. O que temos em Cabo Delgado é um levantamento organizado para mudar os fundamentos da nossa sociedade, é uma insurgência contra os fundamentos da nossa sociedade: fundamentos de exclusão



Borges Nhamirre, Pesquisador do CIP

económica, política e social. O dinheiro dos projectos de gás descoberto em Cabo Delgado não beneficiou as pessoas locais. Esse é o grande problema. E isso viu-se durante os ataques à vila de Palma, em Março de 2021. Mandou-se barcos, aviões e helicópteros para retirar as pessoas de Palma. As pessoas

que foram retiradas não são de Palma, são pessoas que foram lá à procura de benefícios. Os expatriados foram retirados para Maputo e África do Sul. As pessoas de lá saíram a pé a correr e atravessaram o rio Rovuma para Tanzânia e foram devolvidas. E outras fugiram para Nangade e outros distritos”.

O testemunho de dois jovens de Cabo Delgado

Milda Quaria, jornalista e activista social: “Eu sou de Cabo Delgado e sinto na pele a dor que os meus irmãos, tios e vizinhos passam desde 2017. Como cidadãos de Cabo Delgado estamos a reportar indícios de insurgência desde os anos de 2002 e 2003. Eu, em particular, comecei a reportar a partir dos anos de 2012 e 2013, mas nunca fomos levados a sério. Até aqui a intervenção militar teve bons resultados. Mas agora é importante

saber qual é o passo a seguir? É importante que haja uma conversa profunda com as populações de Cabo Delgado. Cabo Delgado precisa de ser ouvida, as comunidades precisam de participar nos espaços de diálogo. Eu estou a pensar na importância de envolver os membros da comunidade na conversa que estamos a ter aqui. Poderíamos envolver líderes religiosos, líderes comunitários, pescadores, agricultores. As comunidades co-

nhecem quem está nas matas, mas por falta de confiança acabam ficando no silêncio. O Governo, as Forças de Defesa e Segurança e a sociedade civil devem ter uma relação sólida com a população, devem transmitir confiança para que as comunidades possam colaborar. Tivemos várias violações de direitos humanos, por isso é importante que se faça uma reflexão sobre isso para que as comunidades saibam que há quem sente a sua dor,



Milda Quaria, Jornalista e activista social



Abudo Gafuro, Defensor de Direitos Humanos em Cabo Delgado

para que as comunidades sintam-se a vontade para exprimir a sua dor”.

Abudo Gafuro, defensor de direitos humanos em Cabo Delgado: “A população do norte de Cabo Delgado ressent-se da falta de educação formal e formação técnico-profissional. Palma, distrito que detém enormes reservas de gás natural, só teve uma escola secundária em 2019. Como é que jovens que não tiveram oportunidade de formação podem contribuir para o desenvolvimento socioeconómico? Hoje, quando os nossos

jovens voluntários perguntam aos deslocados o que é que precisam para voltar às suas zonas de origem, eles respondem dizendo que não confiam nos militares das Forças Armadas de Defesa de Moçambique. ‘Se o próprio Estado não confiou nas FADM e foi buscar os ruandeses para nos defenderem’. Eles dizem que só podem voltar se houver garantias de que os ruandeses estarão lá para os defender. Neste momento, a população que voltou para a vila de Palma não é aquela que está em Pemba ou em Mon-

tepuez. A população que voltou à vila de Palma é aquela que estava perto, não tinha saído para fora do distrito, estava na ilha de Namadingo e em Quitunda. As populações têm medo de voltar às suas casas porque viram cenas de violência extrema, como decapitação de familiares pelos insurgentes violação de direitos humanos por partes das Forças de Defesa e Segurança. Isso deixou muitas pessoas traumatizadas. O Governo deve promover políticas mais inclusivas, criar espaços de participação e de diálogo”.

Deputados reconhecem a importância do diálogo para a resolução do conflito



Venâncio Mondlane, Deputado da Renamo na Assembleia da República



Caifadine Manasse, Deputado da Frelimo na Assembleia da República

Venâncio Mondlane, deputado da Renamo na Assembleia da República: “É preciso uma actuação sistémica em relação ao conflito. A forma como a intervenção militar foi feita e está sendo feita em Moçambique precisa de ser discutida. A forma como os acordos para a intervenção militar em Cabo Delgado fo-

ram feitos, tanto com o Ruanda como com a SADC foi problemática, pois não resultou de um debate aberto, com consultas prévias, não só ao nível do Parlamento, mas da sociedade em geral. Não houve um diálogo aberto que permitisse chegar a uma conclusão sobre a melhor plataforma de intervenção mili-

tar. A ADIN pode ter a tutela do Conselho de Ministros, mas devia, periodicamente, prestar informação à Assembleia da República, enquanto órgão representativo do povo. Temos que reforçar as várias formas de actuação militar, de desenvolvimento socioeconómico e de ajuda humanitária com uma componente

muito forte de abertura ao diálogo, à adopção de várias opiniões e de estudos”.

Caifadine Manasse, deputado da Frelimo na Assembleia da República: “O nosso país viveu e tem vivido momentos de tensão. O Governo tem feito tudo que está ao seu alcance para parar com as atrocidades em Cabo Delgado. Gostaria de agradecer o esforço das organizações

da sociedade civil de dar o seu contributo para que a situação de Cabo Delgado encontre a melhor solução. Falou-se muito da necessidade de diálogo e o Presidente Filipe Nyusi tem tido abertura para o diálogo. Todos devemos dar o nosso contributo porque o diálogo é o que se quer para que este conflito tenha o seu fim como outros conflitos que aconteceram

em Moçambique. A união dos moçambicanos e o reconhecimento do trabalho de todos os actores é fundamental para o alcance da paz. O patriotismo é importante para continuarmos a defender a nossa soberania. Se hoje temos um Estado em pé é porque temos Forças de Defesa e Segurança que estão a defender a nossa soberania e a integridade territorial”.





RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM CABO DELGADO:
OPORTUNIDADE PARA O ALCANCE DE UMA PAZ SUSTENTÁVEL

**LANÇAMENTO DO RELATÓRIO ANUAL DO CDD 2021:
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM CABO DELGADO
E DIÁLOGO DE RESOLUÇÃO EM 2022 E ANOS
SUBSEQUENTES**



SUA EXCELÊNCIA SIPHIWE NYANDA
Embaixador Sul-Africano para Moçambique



BRIGADEIRO ANASTÁCIO ZAQUEU BARASSA
Ministerio da Defesa Nacional



PROF. DR. JOÃO MACHATINE,
ADIN (Agência do Desenvolvimento
Integrado do Norte)



SIPHOSAMI MALUNGA
Director da OSISA (**Keynote Speaker**)



CHRIS MAROLENG
Director Executivo, Good Governance Africa (GGA)



MARTA LICUCO
HRD, Cabo Delgado



BORGES NHAMIRRE
CIP



PROF. DOUTOR JOÃO FEIJÓ
OMR



PROF. ADRIANO NUVUNGA
CDD Director

CONFERÊNCIA



QUINTA-FEIRA
5 de Maio de 2022



9H00 – 12H30
(Pretória / Harare / Maputo)



LIVE
CDD_MOZ
CDD_JUVENTUDE
CDD_YOUTHONLINE TV
INFO: (+258) 84 122 8525
(WHATSAPP)



Hotel Avenida

Acess link: <https://us06web.zoom.us/j/83203111622>
ZOOM ID: 832 0311 1622 **Password:** Free Access

Tradução em simultâneo:
Inglês - Português - Inglês



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

